

# AUTONOMIA E PROFISSIONALIDADE DOCENTE: IMPORTÂNCIA DOS MEDIADORES CURRICULARES NA CONFIGURAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

José Carlos Morgado  
Universidade do Minho

Um dos principais aspectos que caracterizam o debate educativo nos dias de hoje, tem a ver com os processos de (des)construção da autonomia curricular dos professores. De vários quadrantes sociais surgem vozes que denunciam a necessidade de uma nova cultura escolar, assente numa visão de liberdade individual mais responsável para com os outros e mais consonante com as actuais exigências sociais e políticas. Uma cultura que sirva de esteio a uma educação que elege a pessoa como centro de toda a acção educativa e faz da inclusão, da solidariedade, da compreensão, da cidadania, da liberdade e da democracia imperativos inadiáveis e essenciais para compreender melhor o mundo.

Dos vários elementos que contribuem para a consecução de tais propósitos, os professores e os materiais curriculares que utilizam ocupam uma posição nuclear.

Com base num estudo realizado na Universidade do Minho, no âmbito das provas de Doutoramento em Educação, pretendemos problematizar o papel dos mediadores curriculares, em particular dos manuais escolares, na configuração das práticas docentes e, por conseguinte, do trabalho que desenvolvem na sala de aulas. As principais conclusões apontam para algumas preocupações no plano curricular, sobretudo as que se relacionam com a progressiva desprofissionalização docente e com a incapacidade de construir dinâmicas próprias de desenvolvimento do currículo.

## E DEPOIS DO PROJECTO DE "GESTÃO FLEXÍVEL DO CURRÍCULO"?

Preciosa Fernandes  
Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto

Esta comunicação tem como intenção geral produzir uma reflexão sobre a educação básica, nos desafios que se colocam às escolas e aos professores e nos caminhos que se seguiram ao Projecto de "Gestão Flexível do Currículo" (GFC) que decorreu de 1997/98 a 2001.

Num primeiro momento dá-se conta de um conjunto de questões que se colocam à educação básica e sobre as quais tem recaído a atenção, quer dos responsáveis pela administração educativa, quer da opinião pública. Num segundo momento, a partir de uma revisitação dos princípios e fundamentos do Projecto de "Gestão Flexível do Currículo" e consequente Reorganização Curricular, regulamentada pelo Dec. Lei nº 6/2001, explicitam-se dispositivos de apoio às escolas, instituídos e/ou accionados pela administração educativa para a sua implementação e referenciam-se práticas e procedimentos de inovação curricular desenvolvidos por algumas escolas. Neste ponto, amplia-se a reflexão sobre as possibilidades que foram introduzidas no ensino básico pelo então designado movimento de flexibilização curricular, ao nível da construção de novos saberes profissionais e de melhoria da qualidade da educação dos alunos e alunas em idade de escolaridade básica, bem como dos aspectos que têm dificultado a operacionalização de princípios de gestão curricular local.